

**A CONSTRUÇÃO DE MATO GROSSO: ESTIGMAS, MEMÓRIA E IDENTIDADE A PARTIR
DE LYLIA GALETTI E OSVALDO ZORZATO**

**THE SHAPPING OF MATO GROSSO: STIGMAS, MEMORY, AND IDENTITY BASED ON
LYLIA GALETTI AND OSVALDO ZORZATO**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-036>

Ana Paula Hilgert de Souza

Doutora em História

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: anapaula.hilgert@uniffespa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2585-3603>

Resumo

Este capítulo analisa a construção da identidade e da memória historiográfica de Mato Grosso entre 1904 e 1983, a partir das teses de doutorado de Osvaldo Zorzato (1998) e Lylia Galetti (2000). A análise demonstra como ambos os pesquisadores, formados sob o mesmo *habitus* intelectual no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, investigaram as estratégias das elites hegemônicas de Mato Grosso para confrontar estigmas externos de "atraso" e "barbárie". Enquanto Zorzato focaliza a instrumentalização da memória como dispositivo de poder político e exclusão social no âmbito regional, Galetti expande a investigação para as representações de sertão e fronteira, situando Mato Grosso na complexa teia do imaginário de nação brasileira. Utilizando aportes teóricos da sociologia e da história regional, o texto revela que a historiografia de Mato Grosso se constituiu como uma arena de disputas simbólicas. Os autores demonstram como a narrativa de uma identidade civilizadora serviu para legitimar o discurso das elites, silenciar contradições de classe e apagar o protagonismo dos povos originários na formação do estado.

Palavras-chave: História regional; Historiografia mato-grossense; Identidade mato-grossense; Memória historiográfica; Representações sociais.

Abstract

This chapter analyzes the construction of identity and historiographical memory in Mato Grosso between 1904 and 1983, based on the doctoral theses of Osvaldo Zorzato (1998) and Lylia Galetti (2000). The analysis demonstrates how both researchers, trained under the same intellectual *habitus* at the Graduate Program in Social History at USP, investigated the strategies of Mato Grosso's hegemonic elites to confront external stigmas of "backwardness" and "barbarism." While Zorzato focuses on the instrumentalization of memory as a device for political power and social exclusion at the regional level, Galetti expands the

investigation to representations of the *sertão* and the frontier, situating Mato Grosso within the complex web of the Brazilian national imaginary. Utilizing theoretical frameworks from sociology and regional history, the text reveals that the historiography of Mato Grosso was established as an arena of symbolic struggles. The authors demonstrate how the narrative of a "civilizing identity" served to legitimize elite discourse, silence class contradictions, and erase the protagonism of indigenous peoples in the state's formation.

Keywords: Historiographical memory; Mato Grosso historiography; Mato Grosso identity; Regional history; Social representations.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a historiografia de Mato Grosso exige, antes de tudo, examinar os modos como a construção identitária do estado foi pensada e formulada por seus historiadores. Desse modo, fazem-se necessárias uma breve discussão sobre o tratamento conferido à história regional no Brasil e a problematização do próprio conceito de região.

Não é nova a noção de que estudos provenientes dos grandes centros produtores de cultura, tais como, São Paulo e Rio de Janeiro tendem a oficializar sua história local tornando-a legítima, digna de ser estudada e ensinada por todo o Brasil. Tal noção tende a considerar sua história como parte fundamental da História do Brasil, deixando a desejar na aceitação das peculiaridades regionais de cada estado da federação, e, por vezes, elevando a história regional (além de sua localidade) a um patamar subalterno e/ou desprovido de relevância analítica. Contudo, como alternativa à perspectiva centralizadora da historiografia nacional, consolidou-se um esforço sistemático de revisão crítica por parte de diversos pesquisadores. Desde a década de 1980, um conjunto expressivo de produções acadêmicas têm demonstrado a urgência de ressignificar o lugar da história regional, posicionando-a como parte constitutiva e indissociável da história nacional.

Aginaldo de Sousa Barbosa (1998) defende a ideia de que assim como tantas outras histórias, a História Local e Regional apresenta inúmeras possibilidades de descrição, de análise, de crítica, de interpretação e, ademais, de revisão historiográfica (Barbosa, 1998, p. 2). Para o autor, os problemas de aceitação da História Regional provêm, em parte, do desconhecimento da história reivindicada, “fruto do preconceito que tende a depreciá-la como uma história de preocupações menores, virtualmente debilitada por sua íntima relação com superficialidades localistas e regionalistas” (1998, p. 2).

Irrefletidamente, a história nacional dominante tendeu a esvaziar a historiografia regional, destituindo-a de seu estatuto científico e reduzindo-a a peculiaridades pitorescas ou singularidades isoladas, negando, por conseguinte, a própria diversidade que constitui o processo histórico. Ao apontar as

deficiências próprias e inegáveis da história regional, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008) considera que nos estudos regionais,

O espaço é visto como instância que nega o tempo, que subjaz à história, [...] As experiências espaciais, as relações espaciais, os fluxos e movimentos de espacialização, as implantações e deslocamentos no espaço não vêm fazer parte destas modalidades de narrativa historiográfica. (Albuquerque Júnior, 2008, p.56)

Nessa passagem, o autor denuncia a "cegueira espacial" de parte da historiografia tradicional, que subordinou o território ao tempo, e, conseqüentemente, reduziu o espaço a um palco passivo e inerte dos acontecimentos humanos. Ao ignorar os "fluxos, movimentos e experiências espaciais", a narrativa convencional apaga o espaço como uma construção social contínua e dinamicamente conectada à história. A essa politização do espaço soma-se a dimensão afetiva e subjetiva articulada por Barros (2022) em sua proposição sobre a "historiografia do pequeno espaço". Para o autor, a categoria de "lugar" vai além das demarcações físicas, pois mobiliza sentimentos de pertença e de continuidade no espaço-tempo que operam do micro (a vizinhança, o bairro) ao macro (a região, o país). O lugar, segundo Barros (2022, p. 25), implica "relações intersubjetivas que se integram a uma determinada objetividade", unindo identidade e estabilidade. Desse modo, enquanto Albuquerque Júnior evidencia as disputas de poder que moldam a região, Barros revela como essas espacialidades ganham densidade teórica ao serem investidas de vivências cotidianas, símbolos e valores compartilhados.

Para desconstruir as pretensões de neutralidade da historiografia oficial mato-grossense, Zorzato e Galetti adotam um referencial teórico consolidado no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Enquanto a sociologia da memória de Maurice Halbwachs oferece a base para compreender como a identidade regional foi forjada a partir de quadros coletivos e sentimentos de pertencimento, a teoria de Pierre Bourdieu atua como chave de leitura fundamental para revelar a historiografia como um campo de disputas por poder simbólico e distinção social. À luz dessa base teórica e das reflexões sobre o tratamento conferido à história regional, este trabalho propõe-se a examinar duas teses de doutoramento fundamentais: as pesquisas de Osvaldo Zorzato (1998) e Lylia Galetti (2000). Com o intuito de valorizar os estudos comparativos, realizo uma leitura cruzada entre as obras com o objetivo de analisar a construção da identidade e da memória historiográfica de Mato Grosso entre 1904 e 1983. Especificamente, busca-se investigar as estratégias de legitimação política e social utilizadas pelas elites para converter a memória em dispositivo de poder, contrastar as divergências analíticas entre os autores e problematizar o apagamento sistemático dos povos originários e das contradições de classe nas narrativas oficiais.

2 METODOLOGIA

O presente texto resulta de um percurso de maturação acadêmica que teve origem no encerramento de uma disciplina do mestrado (defendido em 2014) e de sua posterior apresentação como comunicação em evento. Passada mais de uma década, o material foi integralmente revisado e aprimorado, submetendo as obras analisadas a um exame crítico e analítico, procedimento fundamental à ciência histórica para garantir a consistência das interpretações, reestruturando a narrativa sob a forma deste estudo para consolidar o diálogo entre as fontes.

As teses de Osvaldo Zorzato (1998) e Lylia Galetti (2000), tomadas aqui como eixo empírico e analítico, inscrevem-se no horizonte da História Social que dialoga com o contexto de renovação da academia brasileira influenciado pelo pós-marxismo. Trata-se de uma perspectiva historiográfica compartilhada por ambos autores que buscaram flexibilizar as antigas amarras economicistas sem perder o rigor analítico, abrindo espaço para as dimensões da cultura, da subjetividade e das representações.

A partir desse escopo, a pesquisa adotou uma metodologia de caráter comparativo e bibliográfico, fundamentada na análise crítica de fontes acadêmicas. O confronto analítico estruturou-se de modo a examinar as aproximações e os distanciamentos teóricos entre os autores, ancorados na matriz teórica da História Social e na sociologia de Pierre Bourdieu.

Sob a perspectiva de Michel de Certeau, considera-se que a adoção do referencial bourdieriano decorre diretamente de seu lugar institucional de produção, o Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP. Produzidas em momentos muito próximos e sob a mesma orientação acadêmica, as pesquisas compartilharam um mesmo *habitus* intelectual que fornecia o instrumental analítico necessário para desconstruir as pretensões de neutralidade das elites regionais, consolidando-se nos anos 1990 nesse ambiente de pesquisa acadêmica. Na busca por ferramentas teóricas que conseguissem dar conta da subjetividade, das representações, da cultura e do poder sem perder o rigor analítico sobre as estruturas sociais, Pierre Bourdieu operava como uma referência obrigatória.

O confronto analítico aqui operado estruturou-se de modo a examinar as aproximações e os distanciamentos teóricos entre os autores, transformando a leitura comparativa em uma ferramenta de escrutínio historiográfico. Ao investigarem a fabricação da memória e da história oficial de Mato Grosso a partir de seu trânsito pelo centro hegemônico da USP, Zorzato e Galetti converteram sua própria condição institucional em um espaço crítico de escuta e desvendamento. Dessa forma, a revisão de literatura opera, neste capítulo, como um exercício de hermenêutica que evidencia as estratégias de poder, distinção e legitimização simbólica que estruturaram, historicamente, a historiografia mato-grossense.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Osvaldo Zorzato em sua tese intitulada *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*, concluída em 1998, procura fazer uma análise da história oficial de Mato Grosso, apontando para isso algumas características. A matriz teórica seguida por Zorzato está embasada também, em Maurice Halbwachs para quem, a memória de um indivíduo remete-se sempre a um grupo, uma vez que as lembranças se constituem prioritariamente na esfera coletiva.

Conforme explica Halbwachs (2003, p. 86) “os quadros coletivos da memória não conduzem a datas, a nomes e a fórmulas - eles representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso”. Partindo dessa premissa, ao articular as bases conceituais de sua análise, Zorzato apoia-se explicitamente na sociologia da memória de Maurice Halbwachs para definir a construção da identidade regional. Para Halbwachs (2003, p. 106), “toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”, de modo que retirar os fatos da vivência desse meio social específico significaria desidratar a própria memória, reduzindo-a a um mero “esquema cronológico e espacial” (2003, p. 107). Apropriando-se dessa premissa de que a memória pressupõe um grupo social vivo e contextualizado, Zorzato conceitua que a:

[...] identidade é aqui entendida como uma situação de existência coletiva caracterizada pela vivência de muitos momentos históricos e que se expressa pelo sentimento de pertencimento e referência grupal comum. A noção de sentimento de pertencimento grupal é inicialmente apontada por Halbwachs como uma das condições da existência da memória coletiva e das lembranças daí decorrentes (Zorzato, 1998, p. 14).

Outro proeminente autor acionado tanto por Galetti quanto por Zorzato, é o sociólogo Pierre Bourdieu. A esse respeito, considera-se, sob a perspectiva de Michel de Certeau, que a adoção desse referencial decorre diretamente de seu lugar institucional de produção, qual seja, o Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP. Produzidas em momentos cronológicos próximos e sob a mesma orientação acadêmica, as pesquisas compartilharam um mesmo habitus intelectual que fornecia o instrumental analítico necessário para desconstruir as pretensões de neutralidade das elites regionais. A História Social consolidou-se nos anos 1990 neste ambiente de pesquisa acadêmica. Na busca por ferramentas teóricas que conseguissem dar conta da subjetividade, das representações, da cultura e do poder sem perder o rigor analítico sobre as estruturas sociais, Pierre Bourdieu operava como uma referência obrigatória.

Assim, ao investigarem a fabricação da memória e da história oficial de Mato Grosso a partir desse centro hegemônico de reflexão, os pesquisadores converteram a própria condição de seu trânsito institucional em um espaço crítico de escuta e desvendamento das estratégias de poder, distinção e legitimização simbólica que estruturaram a historiografia mato-grossense."

Além da intenção de mostrar como a memória historiográfica de Mato Grosso se constituiu durante o período que vai de 1904 a 1983, Zorzato tem um segundo objetivo decorrente do primeiro. Ele pretende averiguar a maneira com que essa memória é utilizada como justificativa de ações políticas e conduta moral de determinados agentes.

Apontando como os “memorialistas”, historiadores locais e intelectuais mato-grossense registraram os fatos políticos, econômicos e sociais referentes à Mato Grosso, Zorzato utiliza-se de obras como: *História de Mato Grosso*, de Virgílio Corrêa Filho; *Datas Mato-Grossenses*, de Estevão de Mendonça; *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, de Rubens de Mendonça; o *Álbum Gráfico* publicado a partir da colaboração de diversos personagens, desde figuras políticas mato-grossenses até algumas acima citadas, entre outras obras publicadas em Mato Grosso no período estudado pelo autor.

A *construção identitária de Mato Grosso*, processo nomeado pelo autor, ocorre, segundo ele, a partir de 1904, momento em que o estado passa a receber investimentos estrangeiros e imigrantes que chegam ao Estado sob a promessa de construir uma nova vida garantida pela abundância de terras cultiváveis em Mato Grosso.

Na medida em que isso ocorre, Zorzato verifica que, concomitantemente, a historiografia memorialista de Mato Grosso tratou de construir um imaginário que desse conta de fortalecer uma identidade mato-grossense tratando, inclusive de distanciar-se de certos estereótipos associados aos mato-grossenses. Para o autor, as imagens negativas que faziam referência a Mato Grosso eram enxergadas e disseminadas por personagens estrangeiros ou mesmo por militares e comerciantes *dos mais importantes centros econômicos do Brasil e do exterior*. Zorzato aponta que essas representações negativas, nada propensas a Mato Grosso

(...) fazem referência a um Estado “atrasado”, “incivilizado” e “selvagem”, dotado de uma gente “sanguinária”, “vingativa”, “preguiçosa” e “ignorante”. No conjunto, estes adjetivos compõem um estereótipo nada favorável a Mato Grosso. Pior ainda: eles são incorporados como referência explicativa pela intelectualidade local (...) (Zorzato, 1998, p. 16)

Em contrapartida a essas características pejorativas, o autor nota que os escritores trataram de elaborar novos conceitos, pois, necessitam

construir uma memória que os afaste daqueles adjetivos indesejáveis. Colocando-se como herdeiros e guardiões do povo a que pertencem, buscam construir imagens e representações através das quais querem ser vistos. Passam então a se considerar como sentinelas avançadas da civilização no sertão. Ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista quando não “da melhor estirpe européia”, e, ao invés de “sanguinários”, constroem imagens de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. (...) se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência e, sobretudo da história e da geografia. (Zorzato, 1998, p. 16)

É no *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, publicado em 1914, que os intelectuais mato-grossenses encontram um meio de divulgar informações que possam provar as qualidades de sua gente. Zorzato percebe que essa obra cumpre a dupla finalidade de, por um lado, construir um imaginário capaz de estabelecer laços identitários, e, por outro, afastar estereótipos elaborados externamente.

É relevante considerar que o autor posiciona-se de modo impessoal ao referir-se aos escritores intelectuais do período estudado. Não deixando seduzir-se pelo discurso de suas fontes, Zorzato por vezes percebe a intenção nada ingênua dos escritores locais de forjarem uma memória peculiar para Mato Grosso. De acordo com o autor, essa memória estaria preocupada em descrever acontecimentos, lugares e pessoas, ação que, posteriormente, fundamentaria um “estoque” de lembranças de uma *memória que se quer preservar*.

Ao enfatizar a necessidade de se intitularem “gente de boa origem” “amantes do progresso”, entre outras qualidades, Zorzato percebe que isso ocorre para garantir a primazia do mando diante das pessoas que migram para Mato Grosso. Como numa tentativa de se impor e de impedir que os novos habitantes venham a ocupar o mesmo espaço na escala social dos mato-grossenses natos.

A construção da memória mato-grossense passa, então, de almejada para ferramenta de poder:

Se, num primeiro momento, esta historiografia surge como suporte de uma identidade almejada, num segundo ela se transforma claramente em suporte de poder. Isto é, o processo mais geral do exercício de poder incorpora a memória ao processo histórico, estando a primeira a serviço do segundo (Zorzato, 1988, p. 10).

Essa instrumentalização da memória manifesta-se, por exemplo, na exaltação de figuras públicas locais como o Marechal Rondon. Ao converter tais personagens em símbolos heroicos, a historiografia oficial passa a justificar um estilo de mando no qual os sujeitos comuns reconhecem e naturalizam sua própria posição na hierarquia social mato-grossense.

Permitir compartilhar um espaço comum na escala da pirâmide social mato-grossense significava partilhar o prestígio político, igualar-se nas posses e até mesmo ocupar cargos públicos. Isso, na concepção de Osvaldo Zorzato é exatamente o que a elite mato-grossense não desejava para si e, portanto, trataram de forjar uma memória que reforçasse a identidade local, a partir de elementos com os quais desejariam ser lembrados¹.

O estudo revela que a historiografia produzida na região ao longo desse período funcionou como um sofisticado dispositivo ideológico de caráter conservador, memorialista e elitista. Em vez de refletir um registro neutro do passado, as obras escritas por intelectuais locais atuaram para forjar uma identidade regional edificante, rebatendo imagens externas de atraso e barbárie com mitos de bravura bandeirante e

¹ E, também, tratando de eliminar da memória historiográfica aspectos de sua história que queriam esquecer.

vocação civilizadora. Simultaneamente, essa narrativa consolidou a hegemonia das oligarquias locais ao naturalizar as hierarquias sociais, forjar um consenso político artificial e apagar as contradições e violências de classe.

Ao operar uma leitura contrapontual e "escovar a história a contrapelo", Zorzato desmistifica os relatos que transformavam violentas disputas oligárquicas em "revoluções" patrióticas, expondo a exclusão deliberada de indígenas, negros e trabalhadores rurais das narrativas oficiais. O marco de 1983, simbolizado pela morte do memorialista Rubens de Mendonça, assinala o encerramento da hegemonia desse modelo e a emergência da historiografia universitária. Ao dismantelar a ilusão da conciliação social, a pesquisa de Zorzato consolida-se como um divisor de águas nos estudos regionais, demonstrando que a escrita da história e a gestão da memória constituem instrumentos centrais de poder e dominação política.

Zorzato (1998, p.166), aponta que o poder do discurso historiográfico reside na capacidade de emocionar e produzir pertencimento. Quando a história tece mitos como a bravura bandeirante, o civismo ou o pioneirismo, ela oferece aos indivíduos uma narrativa na qual os indivíduos podem se sentir orgulhosos de sua origem. Essa dimensão afetiva faz com que o discurso historiográfico seja interiorizado como uma "verdade natural" e identitária, tornando-o extremamente resistente a críticas puramente racionais ou empíricas.

A escrita da história em Mato Grosso não se deu de forma autônoma, mas atrelada aos projetos de manutenção de poder das elites. É essa subserviência aos interesses de classe que explica a incrível durabilidade de certos estereótipos e mitos originados entre o final do século XIX e início do século XX, como o mito do mato-grossense pacato, submisso e pacificador. A longevidade dessas representações se ancora na utilidade política contínua que elas possuem para os grupos no poder. (p.166). A pesquisa aqui analisada, buscou evidenciar que o discurso historiográfico não ficou restrito aos livros dos memorialistas; ele circulou nos jornais, nos discursos políticos, no sistema escolar, em nomes de ruas, praças, estátuas e nas comemorações oficiais (como os centenários). Nesse sentido, ao se integrar à engrenagem institucional, como evidencia a rigorosa pesquisa de Zorzato, o discurso perde o seu caráter ideológico visível e passa a ser vivenciado como uma "memória coletiva" espontânea. O construto político da elite passa, assim, a ser percebido pelo povo como a "História real" do estado.

Uma vez dispostos os apontamentos e reflexões contidos na tese de doutoramento de Osvaldo Zorzato, passemos para uma análise geral da tese de Lylia Galetti intitulada: *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*.

A obra é rica em referências, possui uma introdução bem concisa, porém incitante. No discorrer da obra, Galetti apresenta um conjunto de ideias, fundamentado no ideário liberal-burguês que se dissemina no ocidente a partir de países como França, Alemanha, e Bélgica, os quais constroem representações de progresso. Para fundamentar tal tese, Lylia Galetti bebe em fontes como Eric Hobsbawm e Norbert Elias.

Tais autores afirmaram que as ideias de progresso adquirem, sobretudo no início do século XX, muita força e se disseminam Europa a fora.

Para fundamentar sua tese, a autora utiliza-se de um conjunto de fontes históricas que vai desde documentos oficiais escritos que fazem referência sobre a sociedade e seus modos de ser, a natureza, a geografia, o solo, fauna e flora, comércio e outras atividades econômicas, até documentos que tratam da ordem política, econômica e social da sociedade mato-grossense.

A autora também trata da presunção produzida pela historiografia européia acerca da questão eurocentrista, enfatizando a fatuidade de que a superioridade européia serviria para dominar o outro. Nesse contexto de civilização e progresso, Galetti cita a América Latina e salienta que foi uma das poucas exceções (uma vez que o Japão se inclui) em que com mais empenho desenrola-se a modernização ou tentativas de adaptação de progresso.

Lylia Galetti na parte inicial de sua tese apresenta como o espaço geográfico compreendido pela capitania de Mato Grosso se materializa como uma região colonial. Quanto a segunda parte, utilizo-me das palavras da própria autora para defini-la: Trata “das representações acerca de Mato Grosso e de suas populações nas narrativas de viajantes estrangeiros”. Esse momento de sua obra assume uma característica muito peculiar na medida em que a autora aponta de maneira organizada as descrições desses personagens sobre o espaço geográfico dado como mato-grossense. É ainda na segunda parte da tese que Galetti demonstra as características (não apreciadas pelos mato-grossenses), de isolamento, vastidão territorial, pouco populacional, etc. Na terceira parte de seu trabalho, Lylia Galetti insere uma discussão pautada na ótica de que embora os brasileiros da capitania fossem influenciados pelo ideal de progresso e civilização europeu – e tenham, em grande medida vivido sob esse paradigma – os mesmos encontram-se envolvidos com as imbricações decorrentes da consolidação de Mato Grosso como Estado da Federação. Outro fator relacionado a esse momento vivido pelos habitantes de Mato Grosso colonial foi a questão, fortemente alicerçada, sobretudo na elite provincial, da construção identitária da nação brasileira. Ainda na parte III delinea-se a questão do “outro geográfico”, termo de Marck Bassin, emprestado por Galetti. Para a autora, na perspectiva do “outro geográfico” o sertão cumpriria uma função arbitrária e negativa de “bode expiatório”, elemento interno a nação. Contudo, a autora nota que para além dessa arbitrariedade relacionada ao sertão, os mato-grossenses passam a tomá-lo como *referência para a própria nacionalidade*.

Os conflitos políticos eram muito intrincados no início da República, permitindo que o personalismo imperasse, assim como as vaidades e egos das figuras políticas daquele momento, que eram evidentes. Contudo, Galetti lembra que esse cenário não era apenas verificado no *sertão* como também o era em outras regiões da República. Esses apontamentos de Galetti são relevantes por mostrar que mesmo desejando livrar-se das referências pejorativas (a exemplo de serem habitantes do sertão) para celebrarem o progresso e a civilização que Mato Grosso vivia, seus habitantes não se desvinculam de seus modos de ser/viver. Isso

porque eles também desejam naquele momento fundamentar os elementos que comporiam a identidade local (do Estado recém-criado) e, além disso, os mato-grossenses estavam formulando a imagem que a nação como um todo teria acerca de Mato Grosso. Países com histórico colonial, representados como *vazios* viam a sua própria fronteira como “lugar privilegiado onde o discurso se detém para diagnosticar o atraso da nação e aferir suas possibilidades de encurtar as distâncias que a separam do modelo europeu de progresso e civilização” (Galetti, 2000, p. 26). No caso do Brasil, a autora inclui esse mesmo modo de constatar a ambiguidade sertão/progresso, uma vez que percebe os *sertões da pátria* como um limite entre a barbárie e a civilização na própria nação:

Entretanto, na condição de espaço da nação, o sertão passaria a ser visto também como um patrimônio territorial não explorado, com o qual o Brasil podia contar nas projeções de seu futuro de nação grande e rica, com amplas possibilidades de vencer os obstáculos que se interpunham em sua marcha para a civilização e, ainda, como um espaço onde se podia encontrar genuínas expressões da cultura e das tradições nacionais. (Galetti, 2000, p.165)

Com efeito, Lylia Galetti infere que ao mesmo tempo em que Mato Grosso era desvalorizado em virtude das distâncias geográficas, históricas e culturais *que o separavam do mundo e do Brasil civilizado*, havia a valorização em torno das noções de *sertão e fronteira da pátria* na medida em que ambas tornam-se fundamentais para a ideia de nacionalidade brasileira, um duplo conceito que estava sendo fundamentado e discutido nas primeiras décadas do século XX. Assim,

ao contrário do viajante estrangeiro, para quem esse lugar era parte de um país estranho e com o qual estabelecia uma relação de completa exterioridade, para aqueles brasileiros a região era parte de um espaço geográfico que se definia no mapa do mundo como o seu país. Desse modo, quando falavam sobre Mato Grosso eles falavam também do Brasil, elaborando uma teia de representações em que o território e a gente mato-grossense eram percebidos a partir de um referencial simbólico que está de todo ausente da literatura estrangeira: a nação brasileira. (Galetti, 2000, p. 162)

Galetti aponta que o modelo de civilização européia, ao ser adotado pelas elites sul americanas sofreu contradições, pois as elites tinham a necessidade de se modernizar sem perder suas concepções identitárias. Ou seja, não se abandonava aspectos da sua própria identidade para se auto-determinar no ideário liberal-burguês, havendo, portanto, um limite para a colonização.

Estão inclusas no texto, um tipologia de atitudes associadas a maneira como os mato-grossenses colocavam-se diante das imagens estigmatizadas e, conforme lembrou Zorzato (1998, p.16), os habitantes dali *necessitam construir uma memória que os afaste daqueles adjetivos indesejáveis*, dos estigmas. Contudo, confrontando o autor, Galetti trata de indicar que o estigma da barbárie não é associado diretamente a todos os habitantes da província. Para a autora, essa barbárie remontava apenas aos nortistas (sobretudo cuiabanos) e estes, tomavam suas providências para tornar o estado conhecido e para fortalecer a identidade mato-grossense.

Repudiar os mato-grossenses do sertão significava repudiar suas posses, o que lhes feria e causava-lhes angústia. Essa constatação remete ao pensamento de Pierre Bourdieu, ao afirmar que ninguém é obrigado a aceitar os estigmas. Esses intelectuais que produziram grande parte da historiografia mato-grossense reagiram aos estigmas de maneiras distintas, ora reconhecendo as críticas ao estado, porém, em maior proporção, tomando posse dos discursos e defendendo sua região a partir de fatores históricos, já que para Bourdieu (1989), a região se impõe pela manifestação.

A teoria de Bourdieu ajuda a explicar a motivação por trás da historiografia oficial mapeada por Zorzato. As narrativas produzidas por esses escritores constituíam-se como instrumentos de poder e distinção. Ao rejeitarem o estigma geral, essa elite selecionou o que deveria ser lembrado (o herói bandeirante, o progresso técnico) e o que deveria ser silenciado ou marginalizado (o indígena, o caboclo pobre), usando a cultura e a história como ferramentas de legitimação social.

Irrefutavelmente, havia o apego tanto aos bens materiais como também aos bens simbólicos². A população mato-grossense do início do século não se sentia incivilizada e, justamente por isso surge a necessidade daquela sociedade se impor e mostrar aos quatro cantos do país que os cidadãos mato-grossenses também conheciam e (em grande parte) viviam o progresso³. É possível inferir o dilema apresentado por Galetti – embora nada inocente como demonstrou Zorzato (1998) – uma vez que, os símbolos maiores de modernidade, tais como o telégrafo, a ferrovia e as fábricas, quando não existiam, eram precários. Mas o simples fato de existirem servia como justificativa aos mato-grossenses para assegurar que faziam parte da civilização. Para compreender esse dilema, deve-se perceber que elementos externos ao sertão, tal como o fato de localizar-se distante demais dos grandes centros, servia para justificar o atraso econômico e cultural da região. Elementos internos também pesavam nessa luta de representação⁴ ou de afirmação nacional, na medida em que existia, e em boa medida ainda hoje existe, a noção de que a elite diferencia-se da “ralé”. Essa angústia sentida pela elite mato-grossense resolve-se de certa forma, no momento em que eles se reconhecem como civilizadores do sertão assumindo para o Estado, mas não para elite dele, parte da culpa por serem assim estigmatizados.

Ambos autores utilizam o aparato conceitual da sociologia bourdieuriana para indicar o modo como a elite mato-grossense usava a cultura, a história e a diferenciação social interna como escudos de proteção contra os julgamentos externos. Isso porque, para Bourdieu, a construção da identidade e do prestígio social se dá fundamentalmente pela distinção. A elite mato-grossense não deseja ser englobada pelo estigma da

² A discussão acerca de bens simbólicos e produção cultural pode ser encontrada na obra de Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

³ A Ferrovia Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914 é um fator de progresso justificado pelos mato-grossenses. Para consulta detalhada sobre a ferrovia ver: Queiroz, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX*. 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2004. v. 1. 526 p.

⁴ Ver Chartier, Roger. *O mundo como representação*. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

barbárie que vinha de fora. Para resolver essa angústia, ela opera uma distinção interna implícita: ela separa a si mesma (o polo "civilizador", culto e letrado) da "ralé" (as populações pobres, mestiças e indígenas locais), culpabilizando estes últimos ou o isolamento geográfico pelo atraso, enquanto reivindica para si o papel de redentora do sertão.

A ancoragem de Galetti em Bourdieu é também expressiva, e a autora a faz para demonstrar a luta por reconhecimento simbólico diante do desconforto cultural ao se ver enquadrada no estereótipo da barbárie. Isso também elucida a razão pela qual aquela elite fundou institutos e escreveu obras laudatórias; tratava-se de uma luta de capitais simbólicos. Eles precisavam reivindicar que Mato Grosso era parte legítima e essencial da nação brasileira, revertendo o estigma exterior em orgulho cívico.

À medida que Osvaldo Zorzato (1998) entende o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) como o responsável pela elaboração e consolidação da memória local mato-grossense ou como instituição guardiã do ideal que se desejava para constituir a identidade mato-grossense, Lyliã Galetti vai mais a fundo, constatando que essa instituição procura naquele momento,

realizar uma inversão dos elementos negativos que projetavam a imagem de um Mato Grosso bárbaro e incivilizado. Investindo na memória de um épico passado bandeirante e na projeção de um futuro de progresso e civilização, os intelectuais mato-grossenses reservaram aos índios e à população pobre mestiça, aqueles mesmos atributos raciais e a mesma avaliação negativa sobre seus hábitos e costumes que permitiram aos viajantes estrangeiros considerá-la como uma gente indolente, falta de espírito empreendedor, numa palavra, incivilizada. (Galetti, 2000, p. 33)

Parafraseando E. Hobsbawm, *com zelo e brutalidade*, a autora remete a questão dos indígenas, entendida como um entrave para o progresso. Tendo em vista que a política do branqueamento ocorre no Brasil principalmente após 1930, já com o advento da República, o extermínio dos indígenas, seria, portanto, requisito para se atingir a civilização ideal.

Nesse panorama de construção de uma identidade regional baseada no ideal de progresso, a presença e o protagonismo dos povos originários foram sistematicamente apagados ou ressignificados de maneira subalterna. Como bem pontuam tanto Galetti quanto Zorzato, a narrativa oficial operou uma cisão: os indígenas, antes detentores originários do solo, foram redimensionados ora como obstáculos físicos e culturais a serem superados pela marcha civilizatória, ora como ausências convenientes que permitiam à elite reivindicar para si a exclusividade do pioneirismo e da herança europeia

Zorzato, por sua vez, bem observou a maneira como a historiografia local retratou a questão dos indígenas. Evidenciando que a posição do índio ao ganhar visibilidade era secundária (e até mesmo negligenciada em algumas circunstâncias), mesmo tendo o conhecimento de que a participação do índio no processo de formação daquela sociedade fosse inegável. No entanto, se incluíssem o índio como agente

ativo na historiografia local, os intelectuais memorialistas mato-grossenses entrariam em choque com a proposta por eles apresentada de possuírem origem européia.

Atitude comum na historiografia brasileira e, logo, na regional, é a de fornecer explicações dos fatos a partir de elementos externos à região. Os memorialistas e historiadores locais de Mato Grosso, não escaparam desse paradigma, tratando de explicar as características negativas de Mato Grosso, deixando, por vezes, de considerar os fatores internos. Como em uma perspectiva na qual os acontecimentos ocorridos no interior da sociedade mato-grossense pudessem encontrar explicações fora dessa sociedade. Os estigmas abordados por Zorzato exemplificam como a elite regional operava uma espécie de geografia da desculpa, na qual a ausência de progresso era justificada pelo isolamento físico de Mato Grosso em relação aos grandes centros do país. Em paralelo, a obra de Lylia Galetti revela uma dimensão complementar, pela qual, a preocupação das elites locais em se afirmarem como componentes de um mundo civilizado, as levava a aspirar a um futuro glorioso sem renunciar ao orgulho de terem desbravado o sertão.

Para Galetti, esse desejo, além de autoafirmação, representava a necessidade de incluir Mato Grosso como parte essencial da narrativa da nação brasileira, conferindo ao estado um papel que ultrapassava o de mero apêndice da epopeia bandeirante. Assim, ao reivindicarem a preservação de sua gente e a manutenção da luz da civilização no interior do território, as elites mato-grossenses articulavam uma identidade que equilibrava o pertencimento nacional com as particularidades de sua posição na fronteira.

4 CONCLUSÃO

Ponto de encontro entre as teses aqui discutidas é o fato de ambas produzirem leituras fecundas acerca das representações presentes na historiografia mato-grossense. Contudo, operam com recortes e enfoques complementares: enquanto Zorzato direcionou seu escopo para a análise rigorosa das obras de escritores locais e de relatos de viajantes, perscrutando a constituição da história oficial de Mato Grosso por entre as tramas de uma memória elitista e excludente, Galetti expande o horizonte para as macroestruturas do imaginário nacional.

A análise das teses de Osvaldo Zorzato e Lylia Galetti demonstrou que as elites intelectuais mato-grossenses, ao tentarem superar o estigma de uma região "atrasada" ou "selvagem", acabaram por operar uma construção regional seletiva. Elas não apenas reivindicaram a legitimidade da região perante o cenário nacional, mas também utilizaram essa "regionalidade" como um mecanismo de distinção social interna.

Ao concluir a análise sobre a historiografia mato-grossense na concepção das duas teses de doutoramento, retoma-se a problemática do conceito de região que norteou nossa investigação desde o início. Conforme apontado por Barbosa (1999), a história regional frequentemente enfrenta desafios de aceitação por ser erroneamente reduzida a superfícies localistas, quando, na verdade, possui vastas possibilidades de interpretação e revisão historiográfica para compreender a diversidade nacional.

Contudo, para além das grandes narrativas de poder e da geopolítica da nação, essa espacialidade ganha densidade teórica quando pensada através da 'historiografia do pequeno espaço'. Como aponta José D'Assunção Barros (2022, p. 25), a categoria de 'lugar' vai além das demarcações físicas, pois mobiliza relações intersubjetivas, sentimentos de pertença e estabilidade que unem identidade e vivências cotidianas do micro ao macro. Desse modo, enquanto Albuquerque Júnior evidencia as disputas de poder que moldam a região, Barros revela como essas espacialidades são investidas de símbolos e valores compartilhados pelos sujeitos. Nesse sentido, o espaço passa a ser encarado como uma arena de enfrentamentos políticos e lutas por poder, dimensões nas quais as regiões são inventadas e disputadas, tal como evidenciado nas análises conduzidas por Zorzato e Galetti.

Destarte, ao confrontar essas produções historiográficas, reafirma-se o regional como um campo fecundo de embates políticos e culturais, abrindo caminhos para novos estudos comparativos e para a constante atualização do debate acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10/17, p. 55-67, 2008.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. A propósito de um estatuto para a História Local e Regional: algumas reflexões. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 20, p. 117-128, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/385502694/Estatuto-Para-Uma-Historia-Regional>

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 17 ago. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 61-80.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX**. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2004. v. 1. 526 p.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. 1998. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH/Universidade de São Paulo, São Paulo.